



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-CAMPUS CUITÉ  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE- CES  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO- UAE  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

GLEISIMERE SILVA RODRIGUES

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: VISÃO DOS PROFESSORES NA INCLUSÃO DE  
ALUNOS SURDOS NUMA ESCOLA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA**

CUITÉ  
2018

GLEISIMERE SILVA RODRIGUES

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: VISÃO DOS PROFESSORES NA INCLUSÃO DE  
ALUNOS SURDOS NUMA ESCOLA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, como requisito parcial para a obtenção do título de Graduação em Ciências Biológicas, sob orientação da Prof. Msc. José Tiago Ferreira Belo.

CUITÉ  
2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE  
Responsabilidade Rosana Amâncio Pereira – CRB 15 – 791

R696e Rodrigues, Gleisimere Silva.

Educação inclusiva: visão dos professores na inclusão de alunos surdos numa escola municipal de Barra de Santa Rosa. / Gleisimere Silva Rodrigues. – Cuité: CES, 2018.

52 fl.

Monografia (Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas)  
– Centro de Educação e Saúde / UFCG, 2018.

Orientador: José Tiago Ferreira Belo.

1. Inclusão escolar. 2. Aluno surdo. 3. Formação de Professores. 4. Ensino regular. I. Título.

Monografia apresentada como requisito necessário para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Biológicas. Qualquer citação atenderá as normas da ética científica.

---

**GLEISIMERE SILVA RODRIGUES**

Monografia apresentada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Prof. Msc. José Tiago Ferreira Belo (Orientador)  
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

---

Prof. Msc. Hoverdiano Cesar Pereira Caetano  
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

---

Prof. Dr. Marcio Frazão Chaves  
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Cuité, 25 de julho de 2018.

Dedico este trabalho a Deus, o meu agradecimento maior, que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pelo dom da vida, pelo amor com que me conduziu nos caminhos da verdade, da fé e do amor sem medidas e pela sua força divina nos momentos de angústias.

Ao professor Msc. José Tiago Ferreira Belo, por ter aceitado esse desafio, possibilitando assim a concretização deste trabalho.

A minha mãe Margarida, pelo apoio diário e incentivo. É a ela que devo toda essa determinação em continuar, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas. É a razão da minha batalha diária.

Ao meu namorado Raell, que esteve presente durante essa jornada, apoiando e colaborando sempre, em especial durante a elaboração deste trabalho, me incentivando e motivando, e principalmente entendendo os momentos de ausência.

Aos meus irmãos, em especial para a minha família, que perto ou longe, sempre estiveram torcendo pelo sucesso deste trabalho.

Agradeço a minha prima Ana Ligia pelo apoio e disponibilidade para comigo nesta etapa de minha carreira acadêmica, foi de grande valia sua participação.

A todos os meus amigos e colegas da Universidade, que estiveram presentes durante essa caminhada. Em especial a minha amiga de longa data e caminhada, Vaninha, a ela meu agradecimento especial pelo fato de sempre me ajudar, ainda mais nesta etapa difícil na qual estamos passando juntas, nos entendemos e sabemos a quão árdua foi essa jornada.

Aos professores e funcionários da Universidade Federal de Campina Grande- Campus Cuité, pelo aprendizado e acolhimento durante estes anos.

Em especial aos Professores Hoverdiano Cesar, Marcio Frazão por terem aceitado o convite de serem meus examinadores.

Enfim agradeço também a Marinalva Oliveira e a Silvia que contribuíram direta e indiretamente para que esse trabalho fosse realizado.

A todos meu eterno AGRADECIMENTO.

A liberdade foi inventada porque os humanos não são idênticos. Se fossemos todos gêmeos, esta noção de igualdade, que revela da moral e da política, não teria nenhum sentido. O que lhe dá seu valor e importância é que os indivíduos são diferentes. É a diferença que faz o sal da vida e a riqueza da humanidade.

(François Jacob)

## RESUMO

A proposta do presente artigo é refletir sobre a importância de uma formação de professores que façam uso dos seus conhecimentos no desenvolvimento de uma educação inclusiva de alunos Surdos, ressaltando algumas leis garantindo o direito de alunos com necessidades especiais nas escolas da rede regular de ensino. É ressaltado também um breve conceito de inclusão social, necessidades educacionais especiais e integração. Para que haja de fato uma educação inclusiva do aluno Surdo é imprescindível que os professores busquem capacitação, aperfeiçoamento e formação continuada, com a finalidade de exercer a mediação ao lidarem com alunos Surdos, visando um ensino que respeite as diferenças e particularidades de cada indivíduo. Para tanto, a metodologia utilizada foi bibliográfica, qualitativa e exploratória, com o objetivo de debater a problemática que enlaça a inclusão do aluno Surdo no ensino regular, esse estudo analisa aspectos envolvidos em tal problemática a partir da perspectiva de um conjunto de professores de uma escola regular no município de Barra de Santa Rosa. Para tanto, foi aplicado questionário junto aos professores que atuam com alunos Surdos incluídos nas suas salas de aulas, inseridos na Rede Pública do Ensino Fundamental II. Ao mesmo tempo em que os professores afirmam que a integração do Surdo com ouvintes é o maior benefício da inclusão, deixam em evidencia que esta integração de fato não acontece, quando salientam a falta de interação do Surdo com ouvintes e as dificuldades na comunicação. A análise dos dados evidencia a falta de qualidade da escola inclusiva, que não privilegia a aprendizagem e o desenvolvimento intelectual e cultural dos Surdos, visto que este convive apenas com a cultura do ouvinte, assim como a falta de preparo e de conhecimento da comunidade escolar em relação ao surdo e sua primeira língua, a LIBRAS. Conclui-se que a inclusão de Surdos no ensino regular além de não favorecer efetivamente na aprendizagem desses alunos, tem contribuído para que a exclusão aconteça principalmente dentro da escola. Dessa maneira as escolas devem buscar novos paradigmas e revejam a ampliação de seu Currículo e de seu Projeto Político Pedagógico, dando apoio aos professores no processo de ensino-aprendizagem, valorizando um ensino que leve em conta as diferenças de cada um. Os resultados ainda apresentam a necessidade de transformar a escola atual, direcionando reflexões quanto à importância da interação, do diálogo e do espaço para as diferenças. O cenário encontrado confirma a necessidade de novas pesquisas e discussões acerca dos aspectos que permeiam a educação inclusiva de alunos Surdos.

**Palavras-chave:** Inclusão Escolar. Aluno Surdo. Formação de Professores. Ensino Regular.



## ABSTRACT

*The purpose of this article is to reflect on the importance of training teachers who use their knowledge in the development of an inclusive education of Deaf students, highlighting some laws guaranteeing the right of students with special needs in schools of the regular network of education. It also highlights a brief concept of social inclusion, special educational needs and integration. In order for there to be in fact an inclusive education of the Deaf student, it is essential that teachers seek training, improvement and continuous training, with the purpose of exercising mediation in dealing with Deaf students, aiming at a teaching that respects the differences and particularities of each individual. To that end, the methodology used was bibliographical, qualitative and exploratory, aiming to discuss the problem that includes the inclusion of the Deaf student in regular education, this study analyzes aspects involved in such problem from the perspective of a set of teachers of a school in the municipality of Barra de Santa Rosa. For that, a questionnaire was applied to the teachers who work with deaf students included in their classrooms, inserted in the Public Network of Primary Education II. While professors say that the integration of the Deaf with listeners is the greatest benefit of inclusion, they make it clear that this integration does not actually happen when they point out the Deaf's lack of interaction with listeners and the difficulties in communication. The analysis of the data shows the lack of quality of the inclusive school, which does not privilege the learning and the intellectual and cultural development of the Deaf, since it only lives with the listener's culture, as well as the lack of preparation and knowledge of the school community in relation to the deaf and their first language, to LIBRAS. It is concluded that the inclusion of Deaf people in regular education, besides not effectively favoring the learning of these students, has contributed to exclusion mainly occurring within the school. In this way schools should seek new paradigms and review the expansion of their Curriculum and their Political Pedagogical Project, supporting teachers in the teaching-learning process, valuing a teaching that takes into account the differences of each. The results still present the need to transform the current school, directing reflections on the importance of interaction, dialogue and space for differences. The found scenario confirms the need for new research and discussions about the aspects that permeate the inclusive education of Deaf students.*

**Keywords:** *School inclusion. Deaf student. Teacher Training. Regular education.*

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANEE	Atendimento aos Alunos com Necessidades Educativas Especiais
AEE	Atendimento Educacional Especializado
DME	Diretrizes do Ministério da Educação
APUD	Citado por
INES	Instituto Nacional de Educação dos Surdos
ILS	Intérprete de Língua de Sinais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LBDN	Lei de Diretrizes da Educação Nacional
LS	Língua de Sinais
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

**LISTA DE TABELAS**

TABELA 1	-----	37
TABELA 2	-----	39
TABELA 3	-----	40
TABELA 4	-----	40
TABELA 5	-----	43
TABELA 6	-----	43

## SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	11
1-INTRODUÇÃO .....	12
2- EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS SURDOS.....	16
2.1. <b>A surdez e sua caracterização</b> .....	16
2.2- <b>O processo de inclusão</b> .....	17
2.3- <b>Alguns termos de inclusão</b> .....	19
2.4- <b>LIBRAS</b> .....	23
3- EDUCAÇÃO INCLUSIVA X PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.....	26
3.1- <b>Papel dos Professores no Processo de Educação Inclusiva</b> .....	26
3.2- <b>Escola Regular e a Inclusão Escolar</b> .....	28
4 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	32
4.1- <b>Tipo de Pesquisa</b> .....	32
4.2- <b>Caracterizações dos Sujeitos da Pesquisa</b> .....	32
4.3 <b>Percurso Metodológico da Pesquisa</b> .....	33
4.4 <b>Desenvolvimentos da Pesquisa</b> .....	34
4.5 <b>Análises de Dados</b> .....	34
5 – RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	35
5.2- <b>O questionário</b> .....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	46
.....	49
ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO .....	50

## 1-INTRODUÇÃO

Em 2013, dei início a minha formação acadêmica no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, na Universidade Federal de Campina Grande, Campus Cuité- PB. No decorrer da minha vida acadêmica surgiu o interesse por essa temática que se deu durante os temas abordados em algumas disciplinas do curso, as quais me levaram a refletir acerca da profissão docente. Fui amadurecendo a ideia de desenvolver essa pesquisa relacionada a visão dos professores sobre a inclusão do aluno surdo no ensino fundamental no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), ideia essa que se tornou mais forte durante os momentos proporcionados pelos estágios supervisionados na Escola José Eudêncio Correia Lins.

Quando pensamos na educação de alunos surdos devemos considerar o ambiente escolar e a maneira como são incluídos. Ao tratar a desigualdade auditiva, os processos de ensino precisam estar atentos às dificuldades que esses alunos apresentam para entrar em contato com a comunidade no qual estão inseridos (GÓES, 1996). No caso de alunos surdos, o atraso de linguagem pode vir a trazer consequências emocionais, sociais e cognitivas, por causa das dificuldades acarretadas pelas questões de linguagem, observa-se que as crianças surdas estão atrasadas no que diz respeito à escolarização, com inadequado desenvolvimento e com um conhecimento longe do desejado para sua idade. Com isso resulta a necessidade de elaborar de propostas educacionais que venham a atender às necessidades dos sujeitos surdos, favorecendo o desenvolvimento efetivo de suas capacidades (LACERDA, 2006). Com a falta de novas propostas, os alunos surdos continuarão atrasados em relação aos outros alunos, dessa forma sendo prejudicados durante o percurso escolar.

No passado, as pessoas com deficiências eram excluídas do convívio social. As mudanças históricas e culturais no decorrer do tempo foram permitindo que essas pessoas dessem início aos estudos em escolas especiais, porém essas mantinham-se privadas do convívio social. Atualmente, o processo de inclusão está em andamento em vários países nas escolas regulares, de fato um desafio que se torna bastante delicado por apresentar a necessidade de profissionais devidamente qualificados nas escolas com diversas adaptações e ambiente escolar se mantenha adequado.

Hoje o Brasil conta com uma Política Nacional de Educação Especial na concepção da Educação Inclusiva. Sistematizada em documento elaborado por Grupo de

Trabalho composto por pesquisadores e gestores das ações governamentais voltadas para a Educação Especial, a Política apresenta como objetivo:

O acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2008, p.8).

Embora esse não fosse o primeiro documento que contemplasse a questão da educação inclusiva (já presente na LDBEN 9394/96, nos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1998, no Plano Nacional de Educação 2001-2010, entre outros), é possível afirmar que a educação inclusiva no Brasil é um processo relativamente recente e dessa maneira ainda tem um longo caminho a percorrer até que se cumpram os compromissos firmados em Salamanca. Apesar da importância das diversas práticas de inclusão voltadas para as várias deficiências associadas às necessidades educacionais especiais, como também acolher todas as formas de diversidade, neste Trabalho de Conclusão de Curso trataremos somente dos aspectos relacionados à inclusão de estudantes com deficiência auditiva.

Levando em consideração o cenário de inclusão em escolas regulares de ensino fundamental, surge diversos questionamentos sobre o ensino a pessoa surda. Sabemos que a língua oficial do país no processo comunicativo na sala de aula ainda é um grande problema na educação de surdos. Desta forma uma das questões a ser tratada é como deve acontecer a formação do professor para atender as necessidades dos alunos surdos?

Este Trabalho de Conclusão de Curso discute a inclusão de alunos Surdos na visão dos professores da rede pública municipal da cidade de Barra de Santa Rosa-PB, verifica-se quais os desafios são enfrentados por esses por esses alunos Surdos no ambiente escolar. Dessa maneira tomamos como objeto de estudo professores que atendem os alunos Surdos na visão dos professores, com o intuito de percebermos as dificuldades e possibilidades que esses professores enfrentam.

Procuraremos fazer uma breve explanação sobre a formação do professor para educação inclusiva de alunos com surdez e dessa maneira responder tais questionamentos, com base nas Leis, Decreto e autores representativos que abordam esta temática.

Por meio do presente estudo e análises dos componentes deste será permitido um método informantes que auxiliará o professor nas suas ações pedagógicas, lembrando também a importância do papel da escola na vida do aluno com surdez, o encaminhando a encontrar uma estabilidade durante todo o percurso do seu tratamento multidisciplinar, tendo

em vista que o aluno surdo, em sala de aula, exige uma maior atenção do professor. Essa problemática, dentro do ambiente escolar, será ameaçada de frente a esta situação problema se não houver uma investigação com mais detalhes dos conflitos sofridos pelo aluno com surdez, os docentes e por aqueles que convivem no ambiente social e educacional com pessoas com problemas auditivos. O máximo de informações que o educador vir a conquistar a respeito dessa problemática, melhor para o aluno e para o sucesso de toda a comunidade. Na verificação, a hipótese de reconhecer as dificuldades dos docentes de lidar com a inclusão de alunos com problemas auditivos nas escolas, conhecer o perfil dos alunos, familiares e dos educandos que atendem esta busca estudando alternativas de atingi-los, optou-se por realizar um estudo com alguns professores do ensino fundamental II que trabalham na escola na qual cumpro meus horários de estágio.

Este trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica com o objetivo central de refletir sobre a importância de uma formação de professores que contribua para o desenvolvimento de uma educação inclusiva de alunos surdos. O mesmo surgiu da necessidade de aprofundarmos alguns conceitos estudados na disciplina de Língua Brasileira de Sinais (Libras) ofertada com um caráter obrigatório para os cursos de licenciatura da Universidade Federal de Campina Grande. E tem como objetivos específicos:

- Apresentar alguns conceitos para compreensão do que é educação inclusiva e sobre como alunos com surdez estão sendo incluídos e atendidos pelos professores de escolas regulares do município de Barra de Santa Rosa.
- Realizar uma pesquisa de campo, buscando conhecer a concepção do professor quanto a política inclusiva na escola os José Eudênio Correia Lins.

Tal esforço por esse estudo se justifica pela importância de se investigar como vem sendo inserida a política de inclusão na visão dos professores, visto que grandes dificuldades são encontradas, principalmente por parte dos professores que trabalham com alunos e que apresentam problemas auditivos, tornando-se um grande obstáculo para estes profissionais a busca de alternativas de inclusão destes alunos no ambiente escolar.

A partir das reflexões citadas é que se tornou possível a construção deste Trabalho de Conclusão de Curso, o qual está em 4 capítulos.

O primeiro capítulo serão discutidos e abordados os conceitos de surdez, o processo de inclusão de alunos com necessidades especiais, trataremos alguns termos de inclusão e a LIBRAS no processo de inclusão, dentro de uma perspectiva de trabalho bilíngue nas salas de aulas.

No segundo capítulo são discutidas e abordadas as reflexões sobre a situação dos professores em termos de educação para surdos. Levantando reflexões sobre a formação e a atuação dos professores no cenário educacional com alunos Surdos e o seu papel no processo de ensino-aprendizagem desses alunos.

No terceiro capítulo deste trabalho, apresentaremos os aspectos metodológicos utilizados na pesquisa, a descrição do cenário em que ocorreu a pesquisa e a caracterização dos sujeitos dessa pesquisa. Apresentaremos também a descrição dos procedimentos de coleta de dados, posteriormente analisados.

No quarto capítulo são apresentados os episódios e análises. E finalizamos com as considerações finais sobre o trabalho ressaltando as ideias principais do estudo, focalizando e refletindo sobre a importância da atuação e formação do professor na inclusão do aluno Surdo.



## 2- EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS SURDOS

### 2.1. A surdez e sua caracterização

Para compreendermos as estratégias de atender e inserir o aluno surdo nas salas de aulas de escolas regulares, é necessário que conheçamos a surdez que de acordo com o INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos (ANAI, 2001), A deficiência auditiva (surdez) é caracterizada pela diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o sujeito que não usa a audição em nenhum momento da vida, e parcialmente surdo, aquele que a audição, ainda que deficiente, é operacional, usa a audição mesmo que utilize ou não a prótese auditiva.

A perda da capacidade da audição, seja de forma parcial ou total, é denominada surdez, que pode ser de nascença ou causada por doenças. A audição é o sentido responsável por captar as informações sonoras graves, agudas, altas ou baixas que nos rodeiam, sejam elas sons de palavras ou não. A surdez pode surgir no período de gestação e ou também na hora do parto, na fase da primeira infância ou em qualquer outra fase da vida. A deficiência auditiva pode apresentar sintomas psicológicos e também emocionais, como dificuldades aprendizado, dificuldades ao falar e problemas profissionais no trabalho.

No nosso cotidiano, podemos notar que algumas pessoas vem a surdez como a incapacidade de escutar e de se expressar. Todavia, existem sujeitos que perderam a audição, somente após ter aprendido a falar, dessa forma, essas pessoas falam, mas não escutam a sua voz.

A surdez, não deve ser vista como deficiência, e sim como uma diferença. O conhecimento da surdez nos permitem como professores trabalhar com o aluno surdo, com uma maior compreensão da sua especificidade conseguimos ampliar as possibilidades de se atender às necessidades desse aluno.

Outra situação do cotidiano é a confusão dos termos surdez com mudez, carregada com o passar dos anos visto que apenas existia uma forma de falar, que era por meio da língua oral. Entretanto, na década de 60 do século XX, pesquisas comprovaram que a comunicação gesto visual é uma língua. Isto quer dizer que ser Surdo não significa não poder se expressar verbalmente, uma vez que, pessoas ouvintes podem ficar impedidas de falar por causa de comprometimentos no aparelho fonador. Não falar é o que leva as pessoas a chamarem o Surdo de mudo. Dizemos que Surdo não é mudo, pois mudez significa que a pessoa não emite sons vocais, no entanto, ser Surdo “não é apenas

não ouvir ou ouvir pouco, mas é ter uma característica diferente, ver o mundo e apreender a realidade com os olhos. É ter uma cultura própria com sua língua natural”(OLIVEIRA, 2009, s.p).

## **2.2-O processo de inclusão**

A inclusão tornou-se alvo de estudos em vários campos, com uma complexidade de interpretações diversificadas. E atualmente no contexto em que vivemos, incluir um aluno Surdo no espaço regular de ensino, significa muitas vezes excluí-lo. Para que as escolas possam inserir alunos Surdos é essencial estabelecer modificações na estrutura do currículo, do funcionamento das escolas, apenas dessa forma estas instituições vão poder abrir espaços para as diferenças.

De acordo com Ferreira (2005, p. 44), a inclusão pode ser definida como um termo que predominantemente como sinônimo para integração de alunos com deficiência no ensino regular, caracterizando, desta maneira, o seguimento da junção deste conceito com a educação especial. Para Mitter (2003, p.34), inclusão e integração são conceitos diferentes, desde que inclusão implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação e pedagogia [...]. Ou seja, a escola é quem precisa se adaptar aos alunos Surdos.

Da mesma maneira, atualmente existe uma confusão quanto ao conceito de inclusão, geralmente se pensa que colocar um aluno com deficiência na sala de aula regular refere-se a uma inclusão, no entanto, não é exatamente isso. Isso implica numa tentativa de integração, na medida em que se busca não preparar as escolas e professores para receberem alunos com deficiência, no entanto, se tomarmos como ponte o conceito de inclusão observamos que a escola é que deve se adequar aos alunos e não eles se ajustarem a escola. Demonstrando que as diferenças linguísticas precisam ser aceitas e respeitadas. Como afirma Stainback & Stainback (1999), “o ensino inclusivo faz sentido e é um direito básico não é algo que alguém tenha de conquistar”.

É importante lembrarmos que o sentido de inclusão vai mais além, pois requer que o sujeito incluso tenha suas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral atendidas, não somente deixada de lado, como se o único objetivo da inclusão fosse apenas colocar o indivíduo fisicamente na sala de aula. De acordo com Strobel (2008, p.101-102), para este tipo de prática inclusiva, “na verdade a palavra correta para as experiências desenvolvidas não é “inclusão”, e sim uma maneira forçada de “adaptação” com a situação do cotidiano dentro de escola de ouvintes”.

Sobre o conceito de integração Marchesi (2004, p.24) conta ainda que a integração é um processo dinâmico e mutável, cujo objetivo central é encontrar a melhor situação educativa para que um aluno desenvolva suas possibilidades conforme suas necessidades e o tipo de resposta que as escolas podem proporcionar. Já Strobel (2008, p.96) diz que se trata especificadamente de uma “[...] política em rumo apelidada de “inclusão”, a sociedade começa a perceber a existência do povo surdo e procura se organizar para recebê-los de forma adequada”.

Enquanto Marchesi (2004, p.23) destaca que a “integração, quando vai além da mera presença física nas salas de aula, requer mudança profunda na educação”. Isto supõe que os estabelecimentos de ensino, organizem a escola para atender à diversidade dos alunos e preparem os professores para melhorar a integração. Para que o sujeito Surdo tenha suas necessidades de aprendizagem consentidas, é preponderante que se modifique o currículo ao qual a escola ou instituição segue. Visto que ainda se mantêm nas esferas educacionais uma prática na qual o currículo está voltado a priori para os ouvintes, impedido que os Surdos tenham acesso a uma aprendizagem rica e transformadora.

Embora a inclusão escolar dos Surdos esteja mais no plano do discurso e a verdadeira inserção desses alunos em escolas do ensino regular seja precária, não se pode negar que muitos dos alunos Surdos que hoje em dia entram na escola regular desafiam professores e escola a fazerem mudanças no currículo, buscar por novas maneiras de ensinar e dessa forma aprender a se comunicar e se. Quando isto não acontece os Surdos ficam em sala de aula sem compartilhar com os outros os seus conhecimentos. Para a inclusão de fato se realizar é necessário considerar também os o âmbito social, político, escolar. Ressaltando que “cada país tem uma história, uma cultura e uma tradição educacional própria que condicionam a incidência das mudanças e a resposta a elas no sistema educacional”(MARCHESI, 2004, p.43).

É desafiador para os professores e para a escola proporcionar relações satisfatórias entre Surdos e Ouvintes, e conforme essas relações aconteçam é de grande importância que se conceda, nas escolas regulares, pessoas que trabalhem com LIBRAS para que assegurem a comunicação entre o aluno Surdo e os professores em sala de aula. (SOARES & LACERDA 2004, p.129) nos dizem que em ambientes escolares que há inserção do aluno Surdo, há professores que buscam atender embora que mínimas às necessidades da fala das crianças surdas.

Nessa perspectiva, os sujeitos Surdos não precisam apenas de que sejam reparadas e trabalhadas suas necessidades linguísticas. Mas, que seja dado devida atenção também

aos métodos em que os Surdos estão submetidos e as possibilidades da inclusão implicando em repensar a proposta pedagógica e curricular da escola para que os Surdos sejam reconhecidos em sua dificuldade e que dessa maneira consigam que suas necessidades educativas e sociais sejam atendidas, não somente que fique disfarçado.

Soares e Lacerda (2004, p.142), A política de inclusão, “é significativa, justamente porque, como política oficial tem sido vista positivamente por quem a prega e se tem revelado como uma realidade mascarada para quem a vive, precisando urgentemente ser repensada”. De frente a essa realidade é necessário ressaltar que as práticas que submetem os métodos educacionais não têm admitido o direito à educação dos Surdos, sendo que a inclusão escolar apenas tem estado implementada fazendo com que a lei seja respeitada, mas que a realidade escolar ainda continua com grandes barreiras para a verdadeira inclusão tão desejada e pouco realizada. Segundo Placer (apud DORZIAT 2011, p.46),

[...] o outro, para nós, já não é um desafio, não é um sujeito enigmático, ao contrário, o outro só aparece em cena como objeto de ação, reparação, regulação, só para detectar, registrar suas semelhanças e diferenças. Na verdade, a inclusão em vigor se caracteriza exatamente pelo fato de ignorar o outro.

Esta fala nos remete a crer que esse processo de inclusão, de que tanto se fala na nossa atualidade, é cheio de conflitos e acaba trazendo implicações negativas para o Surdo.

### **2.3-Alguns termos de inclusão**

Ao fazer uma análise dos instrumentos legais e normativos voltados à inclusão das pessoas com deficiências neste Trabalho de Conclusão de Curso optamos em destacar os Surdos com o intuito de fazermos uma busca por novos caminhos para propiciar uma educação inclusiva, onde os sujeitos tenham o direito a uma educação de qualidade e igualdade. A inclusão de todas as pessoas esta pautada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que declara em seu artigo VI que “Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei”.

No capítulo III, do artigo 205, assinala que,

[...] a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. Será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (MAZZOTA, 2005, p.77).

Essa questão é reafirmada na Constituição Federativa do Brasil, título VIII, da ordem social em seu artigo 208 diz que “o atendimento educacional especializado para portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 2001, p.10). Um outro documento muito importante para os Surdos, é a Declaração de Salamanca, originário da Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais, ocorrido nos anos noventa 90. Uma escola inclusiva deve buscar orientações a procura de uma educação de qualidade que se assegurem para as pessoas Surdas uma boa aprendizagem. É necessário que se possa garantir aos alunos Surdos uma educação de qualidade e realizar modificações. Então, para que a escola seja inclusiva é de suma importância que haja o cumprimento do que determina a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Declaração de Salamanca e muitos outros documentos legais.

A política de inclusão tem como objetivo eliminar as barreiras de exclusões no país e que limitavam o acesso de alunos com necessidades especiais às escolas regulares, mesmo que essas apresentem habilidades cognitivas para acompanhar o processo de ensino desenvolvido. Ao discutimos a necessidade de fazer valer as políticas públicas voltadas ao processo de inclusão, Toldrá (2008, p.10) afirma que:

O Brasil possui uma base constitucional e um conjunto de princípios legais que asseguram as pessoas com deficiência uma vida digna, porém, na prática ela ainda se encontra muito frágil, assim torna-se imprescindível à manutenção das leis, bem como da qualificação da prática referente à profissionalização para promover a equiparação de oportunidades a esta população.

Incluir não é apenas ao aspecto legal que determina a frequência de alunos especiais em escolas regulares sem que haja algum tipo de preconceito uma vez que são necessárias a implementação de medidas que vão, além disto. Tais medidas devem assegurar a matrícula bem como as condições necessárias para que o aluno permaneça no ensino regular e, que partem da contratação de professores especializados, aquisição de recursos didáticos, físicos e materiais que possibilitem sua aprendizagem, adequações físicas e curriculares nas escolas dentre outras.

Por outro lado, é importante mencionar que mesmo com inúmeras ações que ainda são necessárias para a efetivação do processo de inclusão, a sociedade brasileira já vivenciou grandes avanços, sobretudo, no que diz a redução de atitudes preconceituosas e discriminatórias.

Os alunos com necessidades especiais assim como os alunos Surdos, precisam de um pouco mais de tempo e dedicação, embora seu ritmo de aprendizagem se diferencie do restante da turma, vale ressaltar que os mesmos também têm interesse e aprendem, portanto, devem ser estimulados. A escola é fundamental no processo de inclusão dos alunos com limitações de aprendizagem. Machado (2012) mostra que é muito importante que a escola venha a assumir o compromisso com a inclusão, com práticas que se destinam aos alunos com dificuldade de aprendizagem devendo ser compreendida como uma política integrando todos os alunos.

Neste caso, deve haver uma continuidade de formação de professores no sentido de prepará-los para trabalhar com os alunos que apresentam necessidades especiais na escola, prezando que a inclusão do restante da turma a que esses alunos estão inseridos é também importante neste processo.

Na atual Lei de Diretrizes da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, nos artigos 58,59, recomenda que os sistemas de ensino tenham o dever de assegurar aos alunos currículo, sistemas padronizados, meios e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não conquistaram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental em face de suas deficiências e; o aceleração dos estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar, previstos no Inciso I do Artigo 32 da LDBN, terminalidade específica do ensino fundamental, mediante a certificação de conclusão de escolaridade, com histórico que apresente, com descrição, as competências desenvolvidas pelo aluno e o encaminhamento apropriado, esta ação é cabível aos Estados e Municípios estabelecerem critérios para o gerenciamento deste meio legal.

Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “(...) oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37)., ainda, a necessidade de capacitar docentes para que possam ter segurança na vivência com alunos que possuem Dificuldades de Aprendizagem.

Outras leis que estão em vigor no Brasil atualmente também garantem a inclusão escolar: 1988. Constituição Federal (artigo 208, III). Estabelece “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, ainda, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania

e a qualificação para o trabalho. No artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

Temos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Diretrizes do Ministério da Educação (DME) que fornecem estratégias para a melhoria de educação de alunos com necessidades especiais.

De acordo com os PCN:

A inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável. Impõe-se como uma perspectiva a ser pesquisada e experimentada na realidade brasileira, reconhecidamente ampla e diversificada (Brasil, 1998, p.17).

Dessa maneira para que a inclusão ocorra nas escolas regulares, é necessário que sejam feitas adaptações relacionadas e esteja a disposição às necessidades dos alunos. No entanto, é perceptível que na prática ainda não acontece ou pouco acontece do que é exigido na teoria. A existência do direito nos documentos legais não é condição suficiente para a garantia de aplicação na prática, muitas escolas não dispõem de condições necessárias para efetivar o que é sugerido nesses documentos. Deve-se demonstrar a importância de conviver com as necessidades especiais percebendo e levando em consideração as trocas de experiência, Paulo Freire (1981,p. 79) afirma: “ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Nessa concepção, a inclusão apresenta uma troca de aprendizados onde professores e alunos fazem o mesmo papel, aprendendo e ensinando em conjunto.

Uma regra legislativa importante, para que haja mudança, trata-se do Decreto nº3/2008, de 7 de Janeiro que normatiza o acompanhamento dos alunos com Necessidades Educativas Especiais. Nas considerações iniciais da lei acima citada,

A educação inclusiva visa a equidade educativa, sendo que por esta se entende a garantia de igualdade, quer no acesso quer nos resultados. No quadro da equidade educativa, o sistema e as práticas educativas devem assegurar a gestão da diversidade da qual decorrem diferentes tipos de estratégias que permitam responder às necessidades educativas dos alunos. (Decreto nº3/2008).

Esse documento legal estabelece os valores da escola para todos, nesta maneira qualquer aluno tem o direito à igualdade no processo de ensino e aprendizagem.

#### 2.4- LIBRAS

*“Aprende-se Libras para conhecer melhor as pessoas, o mundo, o pensamento, refletindo, construindo e constituindo-se de amor e respeito pelas diferenças. Aprender Libras é respirar a vida por outros ângulos, na voz do silêncio, no turbilhão das águas, no brilho do olhar. Aprender Libras é aprender a falar de longe ou tão de perto que apenas o toque resolve todas as aflições do viver, diante de todos os desafios audíveis. Nem tão poético, nem tão fulgas... apenas um Ser livre de preconceitos e voluntário da harmonia do bem viver.” LUIZ ALBERTO B. FALCÃO*

É por meio da língua de sinais que os Surdos conseguem repassar uma forma de comunicação possibilitando o entendimento do outro Surdo ou ouvinte, (BRASIL, 2004, p.08).

No Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é utilizada pelas comunidades Surdas. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é composta por todos os aspectos que qualquer língua possui. Após incansável luta da comunidade surda pelo reconhecimento da LIBRAS como própria, a língua de sinais foi estabelecida em regulamento no dia 24 de Abril de 2002 pela lei 10.436 (Lei Nº 10.436, de 24 de Abril de 2002) reconhecendo que:

Artigo 1º- É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a língua brasileira de sinais – LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados;

Artigo 2º – Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da língua brasileira de sinais – LIBRAS

A língua de sinais tem grande importância para a construção da identidade dos Surdos, de forma que seu uso é facilitador para o processo de integração dessas pessoas na sociedade.

De acordo com a Lei n.10.436, de 24 de abril de 2002, ainda no Artigo 1º é entendido que como LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais, a forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico, estabelece um método linguístico de transferência de ideias, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (ALVES et al, 2011, p.178).

Assim como a Língua de Sinais (LS), o Intérprete de Língua de Sinais (ILS), também é importantíssimo no espaço em que o surdo esteja, pois é o ILS que vai mediar



o conhecimento para que os surdos venham a inserir-se no espaço próprio para ouvintes. De acordo com Perlim (apud DORZIAT 2009, p. 72), “os ILS são intérpretes também da cultura, da língua, da história, dos movimentos, da subjetividade surda [...] sendo o ILS imprescindível para a inserção de alunos surdos em sala de aula do ensino regular”. O ILS contribui para que se seja estabelecida relações sociais diversificadas.

É de suma importância que tenha na escola inclusiva o intérprete de língua de sinais, eles permitem que os alunos Surdos possam compreender os conhecimentos transmitidos pelos professores para diminuir as dificuldades encontradas pelos Surdos no ambiente escolar com o objetivo de possibilitar o desenvolvimento integral dos Surdos.

A língua de sinais, é o único meio capaz de substituir a língua oral utilizada. Para que se tenha realmente a interação linguística é preciso que as pessoas do meio educacional usem efetivamente a língua de sinais.

No Brasil, a Libras foi reconhecida por meio da lei 10.436/2002, que estabelece que todas as pessoas surdas tenham direito e acesso ao seu aprendizado desde a educação infantil e ao longo das demais etapas da educação básica. (BRASIL, 2002). Nesse sentido, os métodos de educação devem promover recursos para que o aluno Surdo tenha condições para aprender juntamente Libras e a língua portuguesa escrita. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) busca suprir essa exigência. O AEE tem o objetivo de contribuir para que os alunos surdos participem das aulas, de maneira que compreendam o que é colocado em exposição pelo professor e interagindo com os colegas em sala de aula. É um trabalho complementar ao que está sendo feito na sala regular (ALVES; FERREIRA; DAMÁZIO, 2010).

Diante disto, Carvalho (2007) nos diz que a linguagem nos concebe um processo que determina para o desenvolvimento da cognição, visto que o sujeito Surdo passa por sérias dificuldades na construção do conhecimento. Assim a LIBRAS se apresenta como um instrumento decisivo na elaboração dos discursos dos alunos Surdos, possibilitando a estes um melhor entendimento sobre a realidade.

A Libras aparece como esse elemento facilitador na relação pedagógica que oferece a mediação pelo outro e pela linguagem. Além de representar uma conquista para os surdos, a Libras é um estímulo par novas conquistas e ampliação dos horizontes para surdos e ouvintes. O respeito a esta língua é a forma mais próxima da natureza do indivíduo surdo. preservá-la como meio da expressão da comunidade surda é possibilitar que diversas

peças se apropriem e internalizem conhecimentos, modos de ação, papéis e funções sociais que sem a existência desta língua eles jamais poderiam acessar. (SACKS, 2002 P.82).

Nesta concepção, levando em consideração a inclusão como uma estratégia educativa, e tomando como propósito de que, para ocorrer a inclusão do aluno Surdo, é preciso que haja um desenvolvimento de comunicação entre professor e aluno, fazendo-se essencial o domínio da Língua Brasileira de Sinais, para que professores e alunos ouvintes possam se comunicar com o aluno Surdo, havendo assim uma integração no âmbito escolar.

### 3- EDUCAÇÃO INCLUSIVA X PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

#### 3.1-Papel dos Professores no Processo de Educação Inclusiva

Hoje o nosso país enfrenta uma crise de grande intensidade, e na maneira em que as escolas estão aumentando o número de alunos e as salas de aulas se tornando cada dia mais lotadas, os professores não dispõem de tempo para a formação continuada. Dessa forma se torna uma utopia a busca de uma escola pública regular que apresente uma educação para todos e de qualidade. Para Carneiro (2005), a educação inclusiva pode ser classificada como:

[...] Conjunto de processos educacionais decorrente de execução de políticas articuladas impeditivas de qualquer forma de segregação e de isolamento. Estas políticas buscam alargar o acesso à escola regular, ampliar a participação e assegurar a permanência de todos os alunos nela, independente de suas particularidades [...] (CARNEIRO, 2005.p.30).

Se torna perceptível, que a educação inclusiva dá ênfase a necessidade de incluir todos no espaço escolar apesar de existirem muitas dificuldades. Dorziat (1999) ressalta que a construção da prática pedagógica parte das concepções de sociedade, indivíduo e ensino dos sujeitos que aprendem, interpretam e atuam sobre essa prática.

A inclusão engloba educadores e comunidade escolar que devem ter como objetivo não a quantidade de pessoas que vão ser incluídas na escola regular, mas a qualidade do atendimento que será oferecido, para que o processo de inclusão não se torne processo de exclusão.

[...] reconhecer a diferença é reconhecer, sobretudo, as potencialidades dos alunos. Além desse reconhecimento, a viabilização de um ensino democrático requer que haja reflexão sobre a sociedade a que se destinam os esforços educativos, no sentido de que sejam proporcionadas as igualdades de oportunidades, por meio da desmistificação das relações de poder presentes também nos micro espaços sociais (DORZIAT 2009, p. 69).

Construir uma educação na diversidade significa respeitar as diferenças, pois cada ser humano é único e tem suas especificidades e particularidades que devem ser ao menos respeitadas, mesmo que não seja aceita. É válido enfocarmos o fato de que desde sempre o Surdo convive com a exclusão na vida, mesmo quando se estabeleceu a obrigatoriedade de vagas para essas pessoas, eles não puderam usufruir em sua totalidade, já que as

condições desse atendimento sempre foram precárias. Sabemos que os Surdos têm direito a uma educação de qualidade, o que não é respeitado, pois a exigência na legalidade em incluir esses sujeitos na escola, dando-lhes o direito a educação, não é condição suficiente para isto ser assegurado.

Tomando a inclusão como uma iniciativa que está ligada à modificação das estruturas e do funcionamento das escolas, torna-se imprescindível compreender que estas instituições precisam abrir espaços para as diferenças. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, Educação Básica, fomentam que,

Tornar realidade a educação inclusiva, por sua vez, não se efetuará por decreto, sem que se avaliem as reais condições que possibilitem a inclusão planejada, gradativa e contínua de alunos com necessidades educacionais especiais nos sistemas de ensino. Deve ser gradativa, por ser necessário que tanto a educação especial como o ensino regular possam ir se adequando à nova realidade educacional, construindo políticas, práticas institucionais e pedagógicas que garantam o incremento da qualidade do ensino [...] (BRASIL, 2001, p.30).

É necessário reconhecermos a dificuldade de incluir Surdos na escola regular, pelo fato que a efetivação requer um comprometimento de todos que seguem o espaço educacional. Portanto, é preciso que tenhamos em mente de que incluir um Surdo numa escola regular não é fácil, principalmente quando os professores da escola não apresentam uma formação adequada. Dessa maneira, a escola não está contribuindo para a aceitação da diversidade, já que os ambientes escolares de certa forma possibilitam a exclusão.

Para que os Surdos sejam incluídos nas escolas regulares são necessárias profundas mudanças nas escolas, e nas salas de aula. Onde o objetivo é que as escolas apresentem condições reais para receber esses alunos e garantindo um atendimento de qualidade.

Nesse sentido, o Documento Subsidiário à Política de Inclusão do Ministério da Educação e Cultura nos diz que “uma política efetivamente inclusiva deve ocupar-se com a desinstitucionalização da exclusão, seja ela no espaço da escola ou em outras estruturas sociais” (PAULON, 2005, p. 7).

Isto nos mostra o quanto é importante analisar os aspectos do ambiente social como um todo. E refletir o quanto, a política de inclusão precisa evoluir bastante.

### 3.2-Escola Regular e a Inclusão Escolar

A educação do aluno Surdo na escola não é fácil e trata-se de um conjunto de decisões no decorrer do processo de ensino, visto que esses alunos apresentam necessidades de desenvolver nos inúmeros aspectos como na comunicação, no meio social ou no tipo de escolarização oferecida.

O que se entende por escola regular na visão de (CARNEIRO, 2005, p.32) é que ela tem papel importante na solução destes problemas, em virtude de possibilitar ao alunado Surdo o direito ao acesso e permanência, poderá abrir portas para a aceitação destes alunos Surdos em sua nova realidade escolar, concebendo o direito de serem incluídos, e não apenas integrados. Melhor dizendo, é essencial que as escolas criem condições para que os alunos Surdos recebam uma educação de qualificada podendo dessa forma visitar aulas regulares e adquirindo qualificações necessárias à vida social.

Para que os direitos dos Surdos sejam atendidos é vital, que na escola regular seja desenvolvida,

[...] diferentes estratégias pedagógicas, que lhes possibilitem o acesso à herança cultural, ao conhecimento socialmente construído e à vida produtiva, condições essenciais para a inclusão social e o pleno exercício da cidadania. Entretanto, devemos conceber essas estratégias não como medidas compensatórias e pontuais, e sim como parte de um projeto educativo e social de caráter emancipatório e global (BRASIL, 2001, p.20).

Para isso, é preciso que as instituições educacionais reestruturem os sistemas de ensino, organizando para que estes possam receber os alunos/as Surdos/ase dar-lhes condições para que eles possam desenvolver os conhecimentos adquiridos a fim de tornarem sujeitos da sua própria história e conquistar o que desejam por meio de uma educação de qualidade.

Na escola inclusiva deve está explícito, no Projeto Político Pedagógico, a inclusão de pessoas com deficiência, atendendo, assim, ao princípio de flexibilização para que o acesso ao currículo seja adequado às condições de cada discente, respeitando seus limites e favorecendo seu progresso escolar, sob o enfoque do desenvolvimento e da aprendizagem de cada sujeito.

Para que a inclusão seja viabilizada é preciso que a escola recorra a uma equipe multiprofissional. De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a composição dessa equipe pode abranger profissionais de uma

determinada instituição ou profissionais de instituições diferentes. Cabe aos gestores educacionais buscar essa equipe multiprofissional em outra escola do sistema educacional ou na comunidade, o que se pode concretizar por meio de parcerias e convênios entre Secretaria de Educação e outros órgãos, governamentais ou não (BRASIL, 2001, p.35).

A construção de uma educação inclusiva nas escolas de ensino regular da rede pública de educação começa no momento que se reconhece as diferenças significativas convivendo com os desafios que a globalização expõe. “(...) compreender a surdez como diferença significa reconhecer politicamente essa diferença” (SKLIAR, 1997).

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001, p.24) apresenta que “a educação, ao adotar a diretriz inclusiva no exercício de seu papel socializador e pedagógico, busca estabelecer relações pessoais e sociais de solidariedade, sem máscaras, refletindo um dos tópicos mais importantes para humanidade [...]”.

As escolas públicas no Brasil encontram-se em situação de precariedade. Nesse caso, é necessário que antes da tarefa de inclusão, também oferecer condições para que esta possa assumir o compromisso de inclusão.

Algumas discussões teóricas a respeito da inclusão explicitam, entre outros princípios, o de que “o conceito de escolas inclusivas supõe uma maneira mais radical de entender a resposta educativa à diversidade dos alunos e baseia-se fundamentalmente na defesa dos seus direitos à integração” (MARCHESI, 2004, p.15). Admitir o surgimento de salas de aulas inclusivas hoje tem sido um desafio, já que as instituições educativas tomam como base a filosofia segundo a qual todos os sujeitos têm a oportunidade de aprender, como também sentir-se parte integrante da vida escolar e comunitária.

É sabido que a implantação de propostas com vista à construção de uma educação inclusiva requer mudanças nos processos de formação de professores, no currículo escolar, nas metodologias educacionais, juntamente com ações compartilhadas e práticas colaborativas que respondam a necessidade de todos.

### 3.3- A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A formação docente é uma questão de grande discursão na área pedagógica, entretanto, no âmbito da educação inclusiva, ainda preocupante. Fernandes (2011), ressalta sobre alguns aspectos que se relacionam com à formação dos professores como pontos ligados às dificuldades encontradas por eles como:

- Despreparo de professores para se relacionar e ensinar alunos com deficiências;

- Desconhecimento de conteúdos e metodologias de ensino específicas;
- Insegurança no estabelecimento de interações cotidianas mais elementares: aproximação, comunicação, etc;
- Ausência ou inexistência de critérios para avaliar o aproveitamento escolar desses alunos. (FERNANDES, 2011)

Na fala de Minetto (2008, p. 44), inclusão é uma finalidade de grande amplitude, um longo trajeto que vem a proporcionar também aos professores a ampliação de seus conhecimentos e habilidades enquanto sujeito e profissional.

A resolução CNE/CEB nº 01/2002 recomenda que os conceitos da educação inclusiva e os fundamentos da Educação Especial tenham amplas discussões durante o período de formação inicial e continuada dos professores, com a visão de capacitá-los preparando-os para o atendimento aos alunos inclusos. A pretensão por meio dessas discussões é que os professores percebam acerca da diversidade dos alunos, e que dessa maneira possam valorizar a Inclusão na escola regular.

O professor tem uma educação influenciada pelas mudanças ocorridas socialmente e economicamente no país. Dessa maneira (ANACHE,2011, p.53) nos diz que a educação especial é fruto da mudança na maneira de pensar de uma sociedade.

De início a formação dos profissionais da educação básica deve ser responsabilidade principalmente das instituições de ensino superior, nos termos do art. 62 da LDB, no qual tem como finalidade de pesquisa, o ensino e extensão e a relação entre a teoria e a prática podem garantir o grau de qualidade social, política e pedagógica que se considerado necessário (BRASIL, 2001, p.143).

Os benefícios da educação superior ainda não chegam a todos os municípios e, por esta razão ainda existem professores que não conseguiram ter acesso a esse nível de ensino, entretanto esse é o nível desejado para esse objetivo.

Dermeval Saviani (1995, p. 45)nos diz “[...] ao adquirir competência o professor ganha também condições de perceber, dentro da escola, os obstáculos que se opõem à sua ação competente”. Tendo em vista o valor da educação escolar, a formação de professores tem obrigação de observar as diferentes formas de estudo, que sejam adaptáveis a realidade social e econômica das diferentes regiões e do país. Nesse contexto o objetivo principal dos cursos que formam professores é garantir ao futuro professor uma formação com embasamento teórico e prático que os levem a fazer reflexões críticas sobre os processos políticos e educacionais.

Atuar em sala de aula com alunos que precisam de educação especial como o aluno Surdo, exige do professor uma maior atenção a sua prática, o professor não pode e não deve se ater em planejamentos padrões. As necessidades específicas do aluno Surdo em especial tratado nessa pesquisa, necessitam que os professores criem diferentes maneiras de apresentar o conteúdo escolar, para que dessa forma o aluno possa compreender igualmente com o restante da turma em que ele está inserido.

As licenciaturas têm o papel de observar os conteúdos e com eles as temáticas e práticas a serem utilizadas pelos futuros professores os possibilitando ao lecionar com uma base sólida.

A Portaria Ministerial nº 1793, de dezembro de 1994, preconiza a inclusão de disciplinas de educação especial nas licenciaturas e nos demais cursos de graduação, entretanto ressalta aos cursos de pedagogia e de psicologia

De acordo com parecer nº 28/2001 CNE/CP, aprovado em 02/10/2001,

*A licenciatura é uma licença, ou seja, trata-se de uma autorização, permissão ou concessão dada por uma autoridade pública competente para o exercício de uma atividade profissional, em conformidade com a legislação. A rigor, no âmbito do ensino público, esta licença só se completa após o resultado bem sucedido do estágio probatório exigido por lei.*

O parecer nº 9/2001 CNE/CP, permanece sendo o principal referencial sobre as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena”. A educação especial é citada e enfaticamente na legislação orientando a constituição das grades curriculares nas universidades, porém, observamos que não há legislação específica que obrigue essas instituições a inserirem disciplinas sobre o assunto em suas grades curriculares. Foram pouquíssimas mudanças ocorridas desde que foi publicada a portaria nº 1.793/94 As Diretrizes Curriculares deixam a critério das instituições de educação superior a decisão de incluir ou não disciplinas de educação.



## 4 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### UM OLHAR SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO REALIZADO NA EDUCAÇÃO DE BARRA DE SANTA ROSA

#### 4.1-Tipo de Pesquisa

A fim de compreender a percepção dos professores que trabalham na educação da cidade de Barra de Santa Rosa, foi escolhida uma de suas escolas, para realizarmos a pesquisa de campo. A escolha da escola municipal foi com o objetivo de apresentar como as escolas estão contribuindo para que a inclusão seja realizada de fato, o papel do professor nesse processo e se dentro das escolas os professores possuem suporte que os facilite no encandeamento da aprendizagem dos alunos que apresentam necessidades especiais e em especial dos Surdos tratados na nossa pesquisa.

Este trabalho constitui-se de um levantamento bibliográfico teórico por meio de artigos e legislação conveniente a educação de surdos. Na perspectiva metodológica utilizou uma abordagem qualitativa para análise e discussão da temática, levando em consideração os aspectos apontados pela literatura pesquisada. (MINAYO,1994). Quanto aos objetivos, trataremos como um estudo de pesquisa exploratória porque “ têm como objetivo tornar mais explícitos os vários aspectos dos fatos e fenômenos que se deseja conhecer” (CARVALHO, 2008, p.131). Mantendo como ideia a análise de como os professores estão lidando com o processo de inclusão nas escolas do município.

A pesquisa também se constitui de observação no período de estágio supervisionado dentro da escola o que possibilitou acesso a informações necessárias sobre os alunos com o fim de orientar nas decisões a serem tomadas. Jablon, Dombro e Dichtelmiller (2009) trazem uma definição de observação como “um olhar para aprender” por facilitar a percepção de quem é cada aluno, seus interesses e suas formas de expressão que dizem muito sobre cada um.

#### 4.2- Caracterizações dos Sujeitos da Pesquisa

Trata-se de uma instituição de ensino que trabalha com o Ensino Fundamental II, atendendo os alunos da cidade e povoado vizinhos. A estrutura física da escola não satisfaz os alunos assistidos, possui 07 (sete) salas de aulas, 02 (dois) banheiros, uma sala com divisória que é usada como diretoria e também como sala dos professores, biblioteca, secretaria e cantina. O espaço para lazer é bem pequeno e não dispõe de espaço para pratica de esporte.

Os professores da escola se mostram bem comprometidos com o ensino e interessados no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Os planejamentos dos mesmos são elaborados com base na realidade dos alunos com intuito de associar objetivos, métodos e conteúdo. Foram escolhidos para o presente estudo o corpo docente da escola e as turmas do ensino fundamental II, do turno vespertino, por esses apresentarem uma maior quantidade significativa de alunos.

Da pesquisa de campo foram participantes 8(oito) professores que atendem as duas alunas surdas na escola. A escola escolhida para a realização da pesquisa foi por esta apresentar em seu quadro alunos Surdos.

#### **4.3 Percurso Metodológico da Pesquisa**

Partindo do interesse em estabelecer a importância dos professores na inclusão de alunos com surdez no Ensino Fundamental II, o presente estudo buscou envolver alguns professores do Ensino Fundamental II.

A pesquisa de campo, que foi realizada para responder o questionamento que nos deu origem a situação problema desta pesquisa. Desta maneira, tendo como, objeto de estudo refletir sobre a importância de uma formação docente que contribua para o desenvolvimento de uma educação inclusiva de alunos surdos, pretendeu-se fazer uma análise a voz dos professores frente às possibilidades e necessidades de se ter uma inclusão próximos do ideal de educação que os surdos almejam.

Como instrumento de coleta de dados, optou-se pela utilização de um questionário uma vez que priorizamos a identificação de fatos sobre os relatos (MANZINI,2003) no qual foi respondido individualmente, e entregue ao pesquisador. Para análise dos dados utilizou-se a análise de conteúdo.

O questionário, foi composto de 12 perguntas abertas no qual considerou-se o ambiente físico da escola, formação dos professores, procedimentos de apoios utilizados, incluindo também a caracterização dos professores e o número aproximado. A aplicação do questionário foi realizada separadamente.

As respostas foram avaliadas, na qual a análise se desenvolve por meio da descrição dos dados e a avaliação das generalizações obtidas. Na medida qualitativa, de acordo com os dados coletados foram analisados a partir dos significados que sujeitos ou o pesquisador atribuíram os fatos.

A observação no período do estágio supervisionado foi a primeira técnica utilizada, porque nos possibilitou “levarem consideração várias facetas de uma determinada situação, sem isolá-las uma das outras”, como afirmam Laville & Dionne

(1999, p.180-181). Foram observados alunos ouvintes, aluna Surda, professora e suas práticas no cotidiano escolar. Essa observação de fato nos ajudou a estabelecer uma relação de aproximação com os sujeitos pesquisados, facilitando a possibilidade de buscar informações quanto às dificuldades encontradas no processo de inclusão. Por meio desse procedimento foi possível detectar dados significativos para compreendermos melhor as ideias de inclusão.

Da pesquisa de campo participaram os professores da escola regular. A amostra escolhida para a realização da pesquisa foi, a princípio opção da pesquisadora por ser presente na escola no período de estágio supervisionado, visto também por ser por uma escola que tem em seu quadro alunos Surdos incluídos.

#### **4.4 Desenvolvimentos da Pesquisa**

A pesquisa deu-se início em Março de 2017 e foi dividida em duas partes, na qual a primeira parte é o levantamento teórico e observações do comportamento dos sujeitos em sala de aula e durante o período dos estágios supervisionados, e a segunda parte, a aplicação do questionário (Anexo) e análise dos dados.

No primeiro momento, foi realizada uma visita a escola com o objetivo de adquirir o consentimento para a realização dos estágios supervisionados. Nessa ocasião foi possível fazer um levantamento dos dados da escola e o encaminhamento ao professor de Biologia que se mostrou bem receptivo e concedeu suas turmas trabalhadas no momento. Os dados dessa pesquisa de início foram coletados especificamente em turmas do ensino fundamental II durante nos estágios supervisionados em Biologia, no qual foi possível fazer observações das dificuldades que se apresentava entre alunos e professores, optou-se por tomar notas sobre as atitudes dos alunos e do professor.

Destacando que o questionário aplicado aos professores é de cunho investigativo, O questionário recebeu adaptações, sendo constituído por um questionário simples e breve.

#### **4.5 Análises de Dados**

A análise de dados aconteceu qualitativamente com a interpretação em formas de observações dos sujeitos em questão, comparando-os com padrões existentes na fundamentação teórica adotada nessa pesquisa. Por meio do uso de tabelas e da discussão e apresentação de pesquisa, analisamos e justificamos esses resultados.

## 5 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, serão apresentados e discutidos os resultados da pesquisa, que estão divididos em duas partes: a primeira refere-se às observações feitas em sala de aula durante o período de estágio supervisionado e, a segunda, à aplicação do questionário realizado com os professores que lecionam nas salas de aulas que estão inseridos os alunos Surdos.

### 5.1-Observações em Sala de Aula

O objetivo deste trabalho foi o de fazermos uma reflexão sobre a importância de uma formação de professores que venha de fato a contribuir para o desenvolvimento de uma educação inclusiva de alunos Surdos. Para realização de tal o procedimento de observação em sala de aula foi previsto no início da pesquisa com a intenção de buscar informações dentro do contexto da sala de aula e poder interpreta-las. Para González Rey (2002) essas etapas de coleta e análise de informação sobre a forma de observar, aparecem na pesquisa qualitativa como uma continuidade em que se interpenetram desse modo, gerando a necessidade buscar mais informação para isso com o uso de novos instrumentos. Nessa perspectiva, minha presença nas salas de aulas dos participantes desta pesquisa ocorreu no período de estágio III na disciplina de Biologia, onde também fui registrando as observações das dificuldades encontradas em cada turma.

Durante o período de observação, foi possível constatar que todos os professores possuem curso superior, Todos os entrevistados possuem especialização, mais que especificamente, 1(um) cursou LIBRAS e nenhum possui especialização em educação especial. Dos 15(quinze) professores que receberam o questionário, apenas 8(oito), devolveram devidamente respondido, entretanto isso não foi prejudicial ao levantamento dos dados. Para não fazermos a exposição do nome dos professores participantes, denominamos A, B, C, D, E, F, G, H, I. Com intenção de alcançar os objetivos da pesquisa, de frente a vários instrumentos optou-se por um questionário com questões abertas.

### 5.2-O questionário

Com a finalidade de nos informarmos sobre a real situação dos alunos Surdos incluídos no ensino regular de uma escola pública de Barra de Santa Rosa-PB, aplicamos um questionário direcionado aos professores. Ressaltando que, para Gonsalves (2007), o

documento são informações apresentados em forma textual, imagens, sinais entre outros, que se encontrem contidos em matéria física como é o caso do papel. Isto significa que documento não é apenas os escritos, e sim informações que se apresentam de forma sistemática e comunicadas de maneiras diferentes e que possam ser registradas.

O questionário apresenta perguntas estratégicas que possibilitam a identificação das dificuldades dos professores a respeito da inclusão de alunos Surdos na escola. Os questionários foram analisados e se identificou em tabela, avaliando a posição ou atitude do professor quanto a Educação Inclusiva e a inclusão dos alunos Surdos na sala de aula. Para isso utilizamos a estatística descritiva.

É válido ressaltar que esta pesquisa garantiu o anonimato e a liberdade de expressão dos participantes, o que de fato foi informado no início dessa pesquisa. Em seguida apresentamos a análise possível dos dados obtidos em relação ao objetivo central deste estudo, observou que todos os professores que responderam ao questionário sabem apresentar a definição de surdez.

Tabela 1- O QUE VOCÊ SABE SOBRE SURDEZ?

<b>Professores</b>	<b>Respostas</b>
<b>A</b>	<i>É a perda auditiva causada por lesões cerebral ou alterações do ouvido.</i>
<b>B</b>	<i>É a incapacidade parcial ou total de ouvir sons.</i>
<b>C</b>	<i>É uma deficiência, caracterizada pela ausência ou perda considerável do sentido da audição.</i>
<b>D</b>	<i>É a perda parcial ou total da capacidade de detectar o som.</i>
<b>E</b>	<i>É a ausência da capacidade de escutar.</i>
<b>F</b>	<i>É uma deficiência do sistema auditivo. Uma incapacidade de ouvir sons.</i>
<b>G</b>	<i>É uma patologia que pode ser congênita /hereditária ou pode ser adquirida durante a vida por motivos físicos exteriores.</i>
<b>H</b>	<i>Ausência da audição, ou perda por meio de algum agente externo.</i>

Fonte: Autoria Própria

A segunda pergunta do questionário foi para sabermos quantos alunos surdos estão inseridos na escola, todos responderam que são 2(dois) alunos e que ministram aulas para esses alunos. Marchesi (1995) ressalta que

Um dos debates que ainda se mantém no campo da educação de crianças surdas refere-se a sua educação normal com colegas ouvintes. A possibilidade de que as crianças surdas, especialmente as que têm surdez profunda, sejam educadas em

colégios de ouvintes tem sido vista com receio tanto por seus professores como pelas próprias associações de surdos. (MARCHESI,1995, p.215)

O autor nos afirma também, que os professores das escolas regulares se mostram inseguros com a inclusão de alunos Surdos, por esses não se sentirem de fato com um bom preparo para educar essas crianças. Portanto, é evidente que eles não se sintam preparados para instruí-los.

Quanto a terceira questão, perguntamos se esses alunos têm algum atendimento especializado fora da sala, concluiu-se que três dos professores responderam (Não), cinco deles responderam que desconhecem se tem ou não acompanhamento, em relação a estas respostas **professor G** afirma:

*Desconheço esse acompanhamento externo, mas esse relacionamento tem-se dado de forma plausível junto à direção, coordenação e professores...é tanto, que dá-se a mudança no que tange à expressões, entendimentos e até mesmo casos de algumas palavras arraigadas de grafemas o que antes, eram impraticáveis. (G Professor da escola regular).*

Para esse professor em atividade, a proposta de inclusão escolar é muito interessante, pelo fato de permitir que os alunos Surdos socializem com outras crianças e com todos que compõem o ambiente escolar.

Stainback e Stainback (1999) ressaltam que

Incluir os alunos com deficiências importantes nas turmas de educação regular eleva a consciência de cada inter-relacionamento da escola como uma oportunidade: Seus limites, os benefícios a seus membros, seus relacionamentos internos, seus relacionamentos com o ambiente externo e sua história. Como bem sabe a maioria das pessoas que enfrenta a luta pela inclusão, essa consciência elevada em geral surge na forma de medo e defesa, demonstrados em termos que soam semelhantes em ambos os lados das fronteiras que separam os alunos tendo como critério a deficiência. (p.48)

Por meio dessa resposta do **professor G**, e da análise do autor, nota-se que esses sentimentos de felicidade ao interagir com esses alunos são comuns de frente daqueles que não estão preparados para o novo, isto é, aquilo que até o momento não fazia parte do dia a dia, que neste caso nos referimos a inclusão de alunos surdos no ambiente escolar.

Analisando a quarta questão obtivemos:

Tabela 2- VOCÊ SENTE DIFICULDADES PARA ENSINAR O ALUNO SURDO? QUAIS?

<b>Professores</b>	<b>Respostas</b>
<b>A</b>	<i>Sim, de comunicação, desta forma lesionando a igualdade de aprendizagem, dos alunos surdos e os demais.</i>
<b>B</b>	<i>Parcial, procuro utilizar da expressão facial do aluno(a) para perceber sua compreensão do conteúdo.</i>
<b>C</b>	<i>Sim, acredito que a principal seja a comunicação, tendo em vista que na universidade não temos uma formação específica, temos apenas uma disciplina (LIBRA).</i>
<b>D</b>	<i>Sim, a maioria dos alunos não possuem surdez grave, e são muitos os alunos em sala de aula para o professor, ou seja, sugere-se que o surdo seja encaminhado para uma sala especializada, além disso, a maioria dos professores não sabem a LIBRA.</i>
<b>E</b>	<i>Não</i>
<b>F</b>	<i>Sim, muita dificuldade. Primeiro, o acesso a esse aluno é difícil porque nosso sistema educacional é voltado apenas para ouvintes; segundo, o material que utilizamos, basicamente, é impresso, escrito, ou seja, não há muita utilização de recursos visuais que poderia ajudar na associação das ideias desses alunos; terceiro, não há um planejamento voltado especificamente para esses alunos( com essa entrevista fiquei até inquieta com isso); quarto, não tenho domínio da língua de sinais (LIBRA) e não há na escola nenhuma ajuda especializada.</i>
<b>G</b>	<i>Sinceramente, parece poético, mas quando existe amor, não é tão difícil, eu por exemplo tenho formação em Educação Física, estudei Letras, Direito e, tenho sentindo-me bem à vontade em lidar com esse tipo de situação principalmente por ser professor oriundo de cursinho, aulas e tal.</i>
<b>H</b>	<i>Sim, pois sei LIBRAS. O problema é que minha aluna talvez não conheça muitos sinais e linguajar, isso dificulta mais ainda, pois sou professor de língua inglesa.</i>

Fonte Autoria Própria

Nesse caso apenas dois professores E e G responderam que não sentem dificuldades de ensinar os alunos Surdos. Quatro dos professores, A, B, C, D e F justificaram que não tiveram formação adequada para receber tais alunos, não se sentem preparados com relação a comunicação com os alunos, pelo fato de não ter o domínio da língua de sinais (LIBRAS). Dessa maneira constata-se que a maioria entende que inclusão envolve integração. Para Sassaki (2003, p.44), muitas pessoas “utilizam indistintamente os termos integração e inclusão, como se fossem sinônimos, todos significando uma única coisa – inserção da pessoa deficiente preparada para conviver na sociedade”.

Podemos comentar na voz de Sasaki, que a prática da inclusão social descansa em princípios até então considerados incomuns, como: aceitação das diferenças individuais, a valorização, a convivência dentro das diferenças que os seres humanos apresentam, a aprendizagem por meio da cooperação. (p.42).

De acordo com as justificativas dos professores eles ainda não estão capacitados, e além de apresentarem boa vontade, carinho e respeito, os professores precisam de melhor estrutura como um menor número de alunos nas salas onde estão inseridos os alunos Surdos, é necessário um interprete para estar junto ao professor em sala de aula, também é necessário que os professores participem de capacitações, e integrem a LIBRAS no seu currículo.

Em relação a questão 5, todos os professores responderam e justificaram.

Tabela 3: O ALUNO SURDO APRESENTA DIFICULDADES EM SEU PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO? QUAIS?

<b>Professores</b>	<b>Respostas</b>
<b>A</b>	<i>Sim, na interpretação de texto e na leitura.</i>
<b>B</b>	<i>Sim, dificuldade no entendimento do conteúdo específico.</i>
<b>C</b>	<i>Sim, pois o aluno surdo não consegue se comunicar de maneira clara com aqueles que compõe a escola, pois estes não conseguem entender claramente o que o aluno fala. Quanto a comunicação com os colegas o aluno surdo, com o passar do tempo consegue definir alguns gestos e sinais com seus colegas, e assim consegue manter uma “comunicação”, mas, ainda tímida.</i>
<b>D</b>	<i>Sim, devido a sua deficiência, esse aluno deveria ser encaminhado para uma sala em que houvesse o ensino através de LIBRAS. E isso, a maioria das escolas públicas do Brasil não tem.</i>
<b>E</b>	<i>Sim, despreparo de alguns profissionais, não conseguem acompanhar o rendimento da turma.</i>
<b>F</b>	<i>Sim, uma das principais dificuldades é a de compreender e entender a explicação do professor, o que conseqüentemente prejudica e dificulta a aprendizagem dos conteúdos, nossa alunas por exemplo, elas têm dificuldades na leitura e escrita, na verdade essas alunas são mais amparadas pelos colegas, do que pelos professores.</i>
<b>G</b>	<i>Sim, todo aluno especial sente dificuldade em adaptações. Cabe a nós, corpo docente, abrimos as janelas, os prismas, para largada de mitos, ritos, tabus etc. A começar da comunicabilidade – que é o principal, até vivência coletiva, aceitação e o bullying etc.</i>
<b>H</b>	<i>Sim. Todas as aulas por várias vezes paro a aula convencional para explicar em LIBRAS. Muitas coisas ela não compreende.</i>

Fonte: Autoria Própria



Em acordo com as justificativas e dificuldades apresentadas pelos professores, percebemos que o ensino e a educação de surdos devem ser avaliados e passar por mudanças tanto na concepção do sujeito, quanto na língua, enfatizando que crianças surdas precisam ser visualizadas com potencial e mesmas possibilidades de aprendizagem de língua (BOTELHO, 1998; PEREIRA, 2000) considerando suas características de língua.

Na questão 6: VOCÊ ACHA QUE EXISTE A NECESSIDADE DE ALGUMA ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA OS ALUNOS SURDOS? SE SIM, ELA É FEITA? Todos os professores responderam que SIM, mas que na escola essas adaptações não estão sendo realizados, alguns apresentaram algumas dessas adaptações que poderiam ser presentes no ambiente escolar,

*Toda escola deveria ter um tradutor ou capacitar os professores para receber os alunos surdos. (H professor da escola regular).*

É significativa a resposta do professor H, citando essas adaptações como características que levam os alunos Surdos à aprendizagem.

*Isso já é uma questão emblemática, é muito difícil inserir alunos com tais dificuldades especiais principalmente às forças convergentes. É complicado em um sistema público, tal recurso onde tudo são migalhas, são recursos “franciscanos”. Então, dá-se aí, um processo paulatino... os gestores, na minha opinião, fazem “milagres” ao lidarem com tais situações na educação formal.(G professor da escola regular).*

Professor G aborda em suas respostas, uma preocupação quanto a falta de recursos na escola regular pública, nessa perspectiva, Rossato, (2005) afirma que:

*É importante que a escola esteja alerta para que sejam projetadas nas crianças as limitações e as inadequações metodológicas que se configuram, muitas vezes, como dificuldades de aprendizagem ou deficiência do aluno. A escola deve refletir sobre sua prática, questionar seu projeto pedagógico e se ele está voltado para a diversidade (ROSSATO, 2005, P.21).*

Este processo, faz com que o aluno Surdo se integre podendo fazer análises e interpretações de uma informação.

A questão 7: VOCÊ CONHECE E SABE USAR A LIBRAS? E questão 8: ALGUM MEMBRO DA EQUIPE ESCOLAR CONHECE E SABE USAR A LIBRAS?

Os professores responderam que conhecem a LIBRAS, porém não tem o domínio da linguagem, apenas professor H respondeu que cursou LIBRAS e consegue domina-la.

É imprescindível que um professor possa se comunicar com o aluno Surdo, a LIBRAS garante essa comunicação para a eficácia de uma aprendizagem. Com relação a essa importância os professores responderam a questão 9 a seguir na tabela 4.

Tabela 4-VOCÊ ACHA QUE A LIBRAS É IMPORTANTE NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DO SURDO? POR QUE?

<b>Professores</b>	<b>Respostas</b>
<b>A</b>	<i>Sim, a LIBRAS é uma ferramenta que auxilia na educação e alfabetização, desde que seja estimulado desde a infância.</i>
<b>B</b>	<i>Sim, aja vista, que o aluno precisa sentir-se capaz de utilizar sua potencialidade como outro aluno qualquer.</i>
<b>C</b>	<i>Sim, pois facilitará no que diz respeito a comunicação.</i>
<b>D</b>	<i>Sim, é através do emprego dos sinais que ocorre o processo de ensino aprendizagem, troca de experiências, entre outros.</i>
<b>E</b>	<i>Sim, pois é através da LIBRAS que o surdo vai estar incluído de fato no processo de ensino aprendizagem.</i>
<b>F</b>	<i>Sim, com certeza, acredito que para o surdo é muito complicado aprender a língua convencional. Nosso sistema linguístico é voltado para uma comunidade de falantes e é muito complexo. Imagino que a dificuldade para o surdo aprender a língua portuguesa, seja a mesma que nós falantes temos para aprender outra língua, para só assim se ensinar a sua outra língua materna.</i>
<b>G</b>	<i>Sim, um processo como a LIBRAS, só vem a melhorar, enaltecer, enriquecer o trabalho de quem ensina e, principalmente/consequentemente de quem aprende. Isso é uma reciprocidade irreparável, salutar, frutífero e irreparável.</i>
<b>H</b>	<i>Sim, com certeza pela inclusão social do surdo.</i>

Fonte: Autoria Própria

Tabela 5-. O QUE VOCÊ ACHA QUE FALTA NA ESCOLA COM RELAÇÃO A RECURSOS QUE POSSAM SER USADOS PARA ALUNOS SURDOS?

<b>Professores</b>	<b>Respostas</b>
<b>A</b>	<i>Recursos visuais, capacitação de professores e interpretes.</i>
<b>B</b>	<i>A escola deveria ter os recursos necessários ao alunado.</i>
<b>C</b>	<i>Uma formação quanto a comunicação em LIBRAS, para aqueles que compõe a escola, em especial o professor.</i>
<b>D</b>	<i>Ter uma sala e consequentemente uma equipe especializada.</i>
<b>E</b>	<i>Falta a inclusão da disciplina LIBRAS no currículo escolar, para a comunidade escolar em geral.</i>

<b>F</b>	<i>Profissionais especializados, não só para os surdos; escolas equipadas, adequadas a receber e atender os alunos com necessidades especiais.</i>
<b>G</b>	<i>Não respondeu a questão</i>
<b>H</b>	<i>Capacitação dos professores para ensinar a esses alunos surdos</i>

Fonte: Autoria Própria

Nessa questão evidenciamos que os professores da escola regular não são unicamente responsáveis pelo sucesso de inclusão dos alunos Surdos, mesmo que esses exerçam papel fundamental em sala de aula dando oportunidade de participação e experiências.

Tabela 6-. QUAL A RELAÇÃO QUE VOCÊ IDENTIFICA ENTRE A LIBRAS E A POLÍTICA DA INCLUSÃO?

<b>Professores</b>	<b>Respostas</b>
<b>A</b>	<i>A inclusão é importante e gera mudanças na aprendizagem e na formação da cidadania do indivíduo surdo, garantindo a igualdade. A LIBRAS é uma ferramenta facilitadora para esse processo.</i>
<b>B</b>	<i>Uma relação insipiente, a sociedade deve entender que a igualdade é para todos, os surdos não devem ser incluídos apenas porque não escutam, mas sim, por serem capazes de desenvolver suas habilidades e competências.</i>
<b>C</b>	<i>Quando se pensa em inclusão, se pensa em uma transformação social de modo a favorecer todos os passos, sendo assim uma formação em LIBRAS seria de suma importância, pois a comunicação seria facilitada.</i>
<b>D</b>	<i>Uma relação altamente e, por isso, de extrema importância pois é através da LIBRAS que ocorre o processo de ensino – aprendizagem.</i>
<b>E</b>	<i>Porque é através da LIBRAS que o aluno com surdez se sinta de fato dentro do processo de inclusão.</i>
<b>F</b>	<i>Identifico total relação, pois a LIBRAS deveria ser a primeira língua ensinada para o surdo. Como ensinar conteúdos, repassar conhecimentos que estão baseados em sons e na fala, a quem não ouve e conseqüentemente, não fala? É até uma violência impor uma aprendizagem assim. Portanto acredito que a LIBRAS é essencial para uma política de inclusão.</i>
<b>G</b>	<i>Não respondeu à questão.</i>
<b>H</b>	<i>Muita. Hoje em dia qualquer pessoa que tenha alguma dificuldade física ou intelectual, tem que ser inclusa na sociedade. Para que isso ocorra, temos que ter profissionais qualificados e preparados para acolher essas pessoas especiais.</i>

Fonte: Autoria Própria

De acordo as respostas apresentadas, devemos considerar que o mais importante é que haja uma partilha na linguagem entre o professor e o aluno Surdo para que dessa maneira a inclusão aconteça e o uso da LIBRAS dessa forma contribui para a construção de conceitos, levando em consideração os processos de significação. Devemos salientar que a LIBRAS se encontra em confronto contínuo com a língua materna do país, com modalidades diferentes, dessa forma não se pode limitar ao visual e sim compreender a importância da linguagem no desenvolvimento psicológico e cognitivo do aluno Surdo.

Nas falas dos professores notou-se que já vem ocorrendo algumas reflexões nas relações entre alunos Surdos e professores ouvintes no âmbito escolar e de acordo com um dos professores ficou claro que ainda não há uma metodologia certa para os alunos Surdos. A maioria das aulas são ministradas por meio de debates, sendo feitos registro e as atividades aplicadas são escritas, metodologia esta considerada como não sendo uma inclusão linguística. Dessa forma fica evidente uma “exclusão” para os alunos Surdos, e conseqüentemente nota-se a dificuldade na comunicação.

“(…) o ensino da língua portuguesa para crianças surdas, principalmente em escolas regulares, não tem considerado este fato e as crianças surdas, inseridas em classes de crianças ouvintes recebem o mesmo tipo de atividade como se já tivessem adquirido esta língua naturalmente e tivessem o mesmo desempenho das ouvintes.”(FELIPE,1997)

Os professores argumentam como é necessário aprender a LIBRAS, com o intuito de travar uma comunicação e também construir o conhecimento com os alunos Surdos. E outro professor sugere que tenha um profissional Intérprete de LIBRAS em sala de aula que possa acompanhar as atividades.

Por meio das observações e do questionário aplicado foi possível verificar que no conjunto de professores pesquisados há grandes dificuldades quando se trata de inclusão de alunos Surdos na escola. O que nos permite refletir o quanto é importante uma formação para o professor, que de fato venha a contribuir para o desenvolvimento de uma educação inclusiva de alunos Surdos nas escolas regulares. Acredita-se que essa pesquisa é mais um passo, que busca, a partir dos resultados obtidos e por meio das análises, a confirmação de algumas considerações aqui feitas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho que objetivou refletir sobre a importância de uma formação docente que contribua para o desenvolvimento de uma educação inclusiva de alunos Surdos nos fez perceber que as dificuldades existem, e ficam bem claras quando observamos criticamente. Visto que colocando um aluno Surdo numa escola regular e não atender suas necessidades, não é inclusão.

Os professores da escola regular alegam que não sabem exatamente trabalhar com esses alunos na sala de aula, não tiveram uma preparação para isso e não recebem apoio, e nem auxílio de um intérprete para conseguir resultados e um trabalho de qualidade.

Dessa maneira as mudanças se tornam de suma importância para a inclusão de alunos com deficiência, para isso, a educação deverá ter um caráter amplo e complexo, favorecendo a construção da educação no decorrer da vida, e todo aluno, independente das dificuldades, poderá beneficiar-se dos programas educacionais, desde que sejam dadas as oportunidades adequadas para o desenvolvimento de sua potencialidade exige dos professores uma mudança na postura e que possam assim, favorecer o processo de inclusão.

Essa pesquisa, portanto, cumpriu seu objetivo, como momento de reflexão para que fosse possível analisar que mesmo de frente as dificuldades, é dever de cada professor cumprir seu papel na educação, é necessário o comprometimento dos professores no processo de inclusão de alunos com deficiência.

Ressaltamos que não basta que haja na escola a proposta de inclusão e que a estrutura física da escola esteja adequada. Esses são fatores favoráveis, mas não fundamentais. É necessário que o professor esteja disposto a socializar-se e permitir-se interagir com seus alunos.

O comprometimento, a conscientização, a sensibilidade dos professores da necessidade de se atualizar e acreditar no desenvolvimento do aluno com deficiência são essenciais para que a inclusão seja realizada.

Os dados obtidos reafirmam a necessidade de o professor acreditar que incluir é derrubar barreiras e ultrapassar fronteiras, dessa forma ele exercerá seu papel, fundamental, para assegurar a educação inclusiva que nós almejamos.

O que se pôde também notar é que a maior parte dos sujeitos da pesquisa, vêm a inclusão como integração. As políticas públicas garantiram a matrícula das alunas surdas na escola regular de ensino, mas não garantiram a qualificação profissional dos

professores para lidar com as diferenças dessas alunas em sala de aula. Deve ser feitas adaptações no currículo e intervenções que não serão possíveis sem formação. A pesquisa de campo, nos possibilitou a conhecer as concepções dos professores que atuam na escola observada em relação a política inclusiva no município de barra de santa rosa. Sabemos das dificuldades encontradas no dia-a-dia de uma escola e que trabalhar com as alunas surdas inclusas é um desafio, porém pode dizer que a escola é comprometida com a formação dessas crianças.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Edineia de oliveira. et al . **Língua de sinais**: um instrumento viabilizador do desenvolvimento cognitivo e interacional do surdo. In: DORZIAT, Ana. Estudos surdos: diferentes olhares. Porto Alegre: Mediação, 2011.

ANACHE, A. A. MACIEL; C. E. MACIEL. (Org.) **Educação Especial**. Campo Grande, MS – 2011.

Anais do Seminário do INES: **Surdez: Diversidade Social**. Rio de Janeiro: INES, 2001.

BOTELHO, P. *Segredos e silêncios na educação de surdos*. Belo Horizonte: Autêntica. 1998.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação Especial**,1998.

BRASIL, Ministério da educação. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica/secretaria de educação especial-MEC; SEESP, 2001.**

BRASIL. **Decreto nº. 3.956**, de 08 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as For mas de Discriminação contra as Pessoas Por tadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

BRASIL, Ministério da educação. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa/ Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>> Acesso em: 07 abril.18.

BRASIL. Ministério da educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.392/96**. 2007.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular**: possibilidades e limitações. In:\_\_\_ (org.). Brasília: Instituto interdisciplinar de Brasília, 2005.

CARVALHO, Paulo Vaz de. **Breve Historia dos Surdos no Mundo**, SurdUniverso; 2007.

CARVALHO, Rosita Edler. **Metodologia de estudo de caso e inclusão educacional escolar**. In:\_\_\_ (org.). Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.Porto Alegre: Mediação, 2008.

DORZIAT, Ana. **Inclusão escolar: para além do discurso oficial**. In:\_(org.). O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 61-82. \_\_\_\_\_ Sugestões docentes para

melhorar o ensino de surdos. Cadernos de pesquisa. n.108, 1999. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/cp/n108/a08n108.pdf>>. Acesso em: 07 jul.18.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em:<[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)>. Acesso em: 10 jul.18.

Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área das necessidades educativas especiais. Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade em Salamanca, Espanha, 7-10 de Junho de 1994. Disponível em: <[http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl\\_9.pdf](http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf)>. Acesso em: 10 jul.18.

Declaração Mundial de Educação para Todos. Conferência Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, Jomtien, Tailândia 5 a 9 de março de 1990. Disponível em: <[http://www.interlegis.leg.br/processo\\_legislativo/copy\\_of\\_20020319150524/20030620161930/20030623105532/](http://www.interlegis.leg.br/processo_legislativo/copy_of_20020319150524/20030620161930/20030623105532/)>. Acesso em: 10 junho.18.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. 2. ed. ver. e atual. Curitiba. Ibpx. 2011.

FERREIRA, Windyz B. **Educação inclusiva**: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos? Inclusão - Revista da Educação Especial - Out/2005.

Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 07 jul.18.

GÓES, M.C.R. *Linguagem, surdez e educação*. Campinas: Autores Associados. 1996.

GONSALVES, Elis Pereira. **Iniciação à Pesquisa Científica**. 4ª Ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

JABLON, Judy. R.; DOMBRO, Amy Laura; DICHTELMILLER, Margo L. **O poder da observação**: do nascimento aos 8 anos. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LACERDA, C.B.F. **A inclusão escolar de alunos surdos**: o que dizem os alunos professores e intérpretes sobre essa experiência. *Cad. Cedes*, Campinas, 2006. p.163-184. Disponível em<<http://www.cedes.unicamp.br>>Maio ago. Acesso em 25 maio de 2018.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 176-180.

MACHADO, Rosângela. *Etal*. **Acessibilidade Arquitetônica**. Atendimento Educacional Especializado Deficiência física. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

MANZINI, E. J. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada**. In: MARQUEZINE, M.C.; ALMEIDA, M.



A.;OMOTE,S.(ORG).*Colóquios sobre pesquisa em educação especial*. Londrina: EDUEL, 2003.V.1,P.11-25

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**.In:\_\_\_\_\_ (org.). 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARCHESI, Álvaro.**Desenvolvimento psicológico e educação**. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesus (org.). Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2. ed. rev. atual. ampl. Curitiba. Ibepex. 2008.

MITTLER, P. J. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, Maria A.Amim de. **O que significa ser surdo**: conhecendo um pouco do que significa ser surdo através de discussão do filme “seu nome é Jonas”. Revista virtual de cultura surda e diversidade. Ed. 5/dezembro de 2009 - ISSN 1982-6842. Disponível em:< <http://editora-arara-azul.com.br/novoeaa/revista/?p=199>>. Acesso em: 13/06/18.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 9ed., Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra.1981

PAULON, Simone Mainiere. et al. **Processo de inclusão**. In: \_\_. Educação inclusiva: documento subsidiário à política de inclusão.Brasília: Ministério da Educação, Secretaria especial, 2005. p.25-31.

PERLIN, G.; STROBEL, K. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. Educar em Revista. Acesso em: 28/06/2009.

**Resolução CNE/CEB nº2**, de 11 de Fevereiro de 2001.

Resolução CNE/CP nº 28/2001 de 02 outubro de 2001.

ROSSATO. M. (Org). **Políticas públicas e necessidades especiais**. Maringá: EDUEM, 2005.

SAVIANI, Demerval. **Marxismo, educação e pedagogia**. In: **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1995.

SACKS, O Vendo vozes. **Uma Viagem ao Mundo dos Surdos**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998. soares, fabiana marins rodrigues; lacerda, Cristina Broglia Feitosa. O aluno surdo em escola regular: um estudo de caso sobre a construção da identidade. In: GOÉS, Maria Cecília Rafael de. LAPLANE, Adriana Lia Frizman de (org.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. São Paulo: Autores associados, 2004.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. In: \_\_\_ (org.). Porto Alegre: Artmed, 1999.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. In:\_\_\_ (org.). Florianópolis: /Ed. da UFSC, 2008.

UNESCO. Conferência Mundial sobre Educação para todos. Jomtien, Tailândia, 5 a 9 de março de 1990. Disponível em : <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 10 junho. 2018.

UNESCO. Declaração de Salamanca sobre princípios, Política e prática em Educação Especial. Salamanca. Espanha. 07 a 10 de junho de 1994. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>>. Acesso em: 10 junho. 2018.

TOLDRÁ, R.; SÁ, M. **A profissionalização de pessoas com deficiência em Campinas: fragilidades e perspectivas**. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 48- 55, 2008.

## ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO



Trabalho de conclusão de curso da aluna: GLEISIMERE SILVA RODRIGUES

Orientador: JOSÉ TIAGO FERREIRA BELO

**ROTEIRO DE ENTREVISTA A SER UTILIZADO NA PESQUISA INTITULADA:**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: VISÃO DOS PROFESSORES NA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NUMA ESCOLA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA**

Pensando na organização do trabalho pedagógico do professor, na inclusão de alunos com problemas auditivos na escola, na sua concepção sobre perpetuação do preconceito sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais no âmbito educacional, algumas questões orientaram esta investigação:

1. O QUE VOCÊ SABE SOBRE SURDEZ?

-----

2. NA ESCOLA TEM ALUNOS COM PROBLEMAS AUDITIVOS? QUANTOS?

-----

3. ESSES ALUNOS TÊM ALGUM ACOMPANHAMENTO ESPECIALIZADO FORA DA SALA DE AULA? SE SIM, ONDE E POR QUEM?

-----

4. VOCÊ SENTE DIFICULDADES PARA ENSINAR O ALUNO SURDO? QUAIS?

-----

-----

5. O ALUNO SURDO APRESENTA DIFICULDADES EM SEU PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO? QUAIS?

-----

-----

6. VOCÊ ACHA QUE EXISTE A NECESSIDADE DE ALGUMA ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA OS ALUNOS SURDOS? SE SIM, ELA É FEITA?

-----  
7. VOCÊ CONHECE E SABE USAR A LIBRAS?  
-----

8. ALGUM MEMBRO DA EQUIPE ESCOLAR CONHECE E SABE USAR A LIBRAS?  
-----

9. VOCÊ ACHA QUE A LIBRAS É IMPORTANTE NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DO SURDO? POR QUE?  
-----  
-----

10. O QUE VOCÊ ACHA QUE FALTA NA ESCOLA COM RELAÇÃO A RECURSOS QUE POSSAM SER USADOS PARA ALUNOS SURDOS?  
-----  
-----

11. VOCÊ TEVE ALGUMA CAPACITAÇÃO QUE TRATOU SOBRE SURDEZ OU LIBRAS?  
-----

12. QUAL A RELAÇÃO QUE VOCÊ IDENTIFICA ENTRE A LIBRAS E A POLÍTICA DA INCLUSÃO?  
-----  
-----